

União de forças salva Incor

Reunião define transição para a federalização da unidade no DF

O Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor), que estava com o funcionamento comprometido devido a graves problemas financeiros, garantiu ontem o apoio necessário para não ter de fechar as portas. Um encontro no Hospital das Forças Armadas entre o governador José Roberto Arruda, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e ministro da Saúde, José Roberto Temporão, definiu a federalização da instituição.

Também estiveram na reunião o diretor executivo do Incor, Paulo Montenegro, o secretário de Saúde do DF, José Roberto Maciel, e o representante da promotoria de Saúde do Ministério Pú-



Para Arruda, situação do Incor, que deve mais de R\$ 30 mi, vai melhorar com a federalização

blico do DF, Diaulas Ribeiro.

Administrado pela Fundação Zerbini, o Incor-DF acumula dívidas que ultrapassam R\$ 30 milhões. No último mês, dezenas de pacientes tiveram suas consultas e cirurgias suspensas por tempo indeterminado e apenas

os casos emergenciais vinham sendo atendidos.

O repasse de R\$ 2,26 milhões pelo Senado Federal e de R\$ 2,2 milhões pela secretaria de Saúde do GDF ao instituto poderá minimizar o problema de imediato. Anunciada na reunião, a ver-

ba será destinada à compra de medicamentos e à retomada das cirurgias.

A federalização do instituto foi confirmada pelo ministro José Gomes Temporão e autorizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No prazo de 48 horas, uma co-

missão de técnicos vai avaliar, em caráter emergencial, a situação financeira do Incor e informar os recursos necessários para a manutenção e o funcionamento da unidade. "A decisão foi tomada em comum acordo. A situação do Incor vai ter mais estabilidade administrativa depois que passar para o governo federal", comentou Arruda.

Demissões

Outra medida a ser tomada, segundo o diretor executivo do Incor, será a redução de 50% nos gastos do instituto. A decisão resultará na dispensa de funcionários. "Isso é para um bem maior, mas não vamos demitir sem pagar as devidas indenizações", garantiu Paulo Montenegro.

Para regulamentar as fundações de saúde, o governo federal vai enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar. "Foi uma boa solução. Agora é trabalhar na transição para que ela realmente aconteça", afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.